

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

7,8

JM

OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA PROVÍNCIA DO RIO
GRANDE DO NORTE

LÚCIA MARA MEDEIROS DE ARAÚJO ALMEIDA

NATAL

1999

LÚCIA MARA MEDEIROS DE ARAÚJO ALMEIDA

OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA PROVÍNCIA DO RIO
GRANDE DO NORTE

*Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
Professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, sob orientação da
Professora Denise Mattos Monteiro.*

NATAL

1999

*“São os filhos do deserto
Onde a terra esposa a luz
Onde voa em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados,
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão...
Homens simples, fortes, bravos...
Hoje míseros escravos
Sem luz, sem ar, sem razão...”*

O Navio Negreiro – Castro Alves

A
Marilia
(minha filha)

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desse trabalho, o meu reconhecimento, carinho e agradecimentos sinceros.

À Professora Denise Mattos Monteiro pela sugestão do tema, incentivo, apoio e orientação.

À Professora Francisca Aurinete Girão B. da Silva pela revisão da normalização bibliográfica do trabalho.

Ao Sr. Jorge Tavares de Moraes Filho, coordenador do Núcleo de Estudos Históricos, pela atenção e presteza que me dispensou no fornecimento do material necessário para a execução do trabalho.

Ao pesquisador Olavo Medeiros Filho que muito atenciosamente facilitou o acesso à documentação existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Às Sr^{as}. Iara e Mariane pela contribuição no fornecimento de documentos existentes no Arquivo Público do Estado.

Aos colegas, especialmente, Telma Córdula e Eliane Pereira.

Aos meus pais, irmãos (especialmente Luciano), sogros e cunhados.

A Marcelo Rossine, pela dedicação, companheirismo, apoio e paciência.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	02
2 – HISTÓRICO DA PRESENÇA ESCRAVA NA PROVÍNCIA	04
3 – A CRISE SÓCIO ECONÔMICA DOS ANOS DE 1870-1880	09
4 – PANORAMA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA PROVÍNCIA NOS ANOS DE 1880	15
5 – CONCLUSÃO	25
6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA	27

1 - INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX foi marcada por transições e transformações sócio-econômicas no Brasil, que repercutiram na evolução econômica do Nordeste e conseqüentemente na do Rio Grande do Norte.

A década de 1850 marcou o início da lavoura cafeeira na região Sudeste do país, lavoura essa que se valeu da mão de obra escrava. Nesta mesma década, teve fim o tráfico inter-continental de escravos, com a Lei Eusébio de Queirós, e o início do tráfico inter-provincial de escravos que, embora tenha se intensificado nos anos de 1870, não foi suficiente para solucionar o problema da falta de braços na cafeicultura.

Aqui no Rio Grande do Norte a escravidão negra teve características peculiares, pois a capitania, e depois, província, possuía um número de escravos reduzido em comparação com as demais regiões do país. Isto se deveu ao fato de que as atividades econômicas aqui desenvolvidas não exigiam um número elevado de escravos. Nas décadas de 1870 e 1880, ocorreu no Rio Grande do Norte um declínio da utilização da mão de obra escrava existente, devido não só ao tráfico inter-provincial como também às alforrias concedidas e/ou compradas.

Diante disso, este estudo se propõe a investigar os últimos anos da escravidão negra na província do Rio Grande do Norte, com o objetivo de avaliar as motivações da abolição do trabalho escravo, para demonstrar que, ao contrário do que afirma a historiografia clássica norte-riograndense, a abolição não foi uma questão humanitária, foi econômica.

Para a realização deste estudo, buscou-se autores clássicos da historiografia do Rio Grande do Norte, entre eles Câmara Cascudo, Tavares de Lira e Rocha Pombo. Foram consultados também trabalhos mais recentes como os de Robert Conrad, Evaldo Cabral de Mello, Maria Regina Mattos, Denise Monteiro, entre outros, que serviram como bibliografia de apoio. Do ponto de vista das fontes, utilizou-se Falas e Relatórios de

Presidentes da Província, existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e no Arquivo Público do Estado, que serviram como base para o levantamento de dados sobre a população escrava da província nas décadas de 1870 e 1880. Lamentavelmente esta documentação é incompleta e/ou mal conservada, dificultando e até mesmo impossibilitando a pesquisa.

Durante a realização deste trabalho, deparamo-nos com algumas dificuldades. A falta de bibliografia específica sobre o assunto, foi uma delas. Outra dificuldade, diz respeito às fontes primárias existentes sobre o assunto, pois as mesmas são irregulares e incompletas.

Este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, buscou-se fazer um histórico da presença escrava na província. No segundo, procurou-se analisar a crise sócio-econômica dos anos de 1870-1880 e suas repercussões tanto no Nordeste como no Rio Grande do Norte. Para finalmente, no terceiro capítulo, traçar um panorama da escravidão negra na província nos últimos anos do século XIX.

2 - HISTÓRICO DA PRESENÇA ESCRAVA NA PROVÍNCIA.

“O escravo não era para o Rio Grande do Norte uma determinante econômica, indispensável ao equilíbrio provinciano ... nunca possuímos escravaria em número elevado nem mesmo compatível com as necessidades da indústria açucareira. Gente pobre, relativamente ao padrão de outras províncias, comprávamos poucos escravos.”

Câmara Cascudo

Não se sabe ao certo quem trouxe os primeiros escravos para o Brasil e quando, com exatidão, isso se deu. Sabe-se, contudo, que os negros foram introduzidos no Brasil a fim de atender aos interesses econômicos dos traficantes de escravos e, do governo português, que viam no tráfico negreiro uma atividade econômica altamente lucrativa. Os portugueses começaram a escravizar os negros africanos no Século XV, levando-os para os trabalhos domésticos na Europa, para as lavouras no sul de Portugal e para as plantações de cana-de-açúcar nas ilhas de Madeira e Cabo Verde. Portanto, a escravidão negra no Brasil, não foi uma questão de preferir o negro ao índio, mas, sim, uma questão de interesse econômico do governo e da burguesia mercantil de Portugal, que já obtinham grandes lucros com o tráfico negreiro mesmo antes da chegada dos portugueses no Brasil. O Governo português lucrava com o tráfico porque cobrava altos impostos sobre esse comércio. E os traficantes lucravam porque apanhavam o negro na África e o vendiam na Europa ou na América por preços altíssimos. Essa escravidão também era justificada pela Igreja Católica que recebia uma porcentagem do dinheiro arrecadado com o tráfico negreiro.¹

¹ GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil, passim*

No Rio Grande do Norte, segundo Câmara Cascudo, a entrada de escravos na capitania data do início do século XVII, quando João Rodrigues Colaço, trouxe um pequeno número deles, da Guiné, para roçar e fazer as benfeitorias que aqui pretendia implantar.² Já para Hélio Galvão³, isso ocorreu em 1597, quando Manuel Mascarenhas Homem, Capitão-mor de Pernambuco, organizou uma expedição para incorporar o Rio Grande do Norte ao domínio de Portugal, trazendo consigo escravos da Guiné conduzindo as munições e petrechos de guerra.

Os primeiros negros que aqui chegaram, vindos de Pernambuco que era o principal centro comercial de escravos negros do Nordeste, seguiram para Cunhaú e Ferreiro Torto, os primeiros engenhos da capitania.⁴

O número de escravos no Rio Grande do Norte foi reduzido, uma vez que a indústria açucareira não era tão significativa e as atividades desenvolvidas na região se resumiam à criação de gado e roçarias de mandioca, milho e feijão. Desta forma, era desnecessária a utilização de uma grande quantidade de mão-de-obra escrava.⁵ Embora o negro não tenha sido uma determinante, foi-nos uma constante, e, nas devidas proporções, contribuiu para a formação econômica do Rio Grande do Norte.

Segundo Cascudo,⁶ os escravos que foram mandados para o sertão transformaram-se em vaqueiros ou empregados domésticos; estabelecendo-se, entre eles e os senhores, uma identidade social pela uniformidade das tarefas. Se nas atividades açucareiras, cafeeiras, diamanteiras e garimpeiras o negro era tratado como “animal de carga”, no sertão, nunca foram numerosos pela própria simplicidade do trabalho de pastorear.

“A vida do vaqueiro predispunha à democratização. Ignorava-se no sertão, o escravo faminto, surrado, coberto de cicatrizes, ébrio de fúria, incapaz de dedicação aos amos ferozes(...) Nas missões de “dar campo” aos bois fugitivos, indumentária e alimentação eram as mesmas para amos e escravos. Os riscos e perigos os mesmos (...) O ciclo do gado, com a paixão pelo cavalo, armas individuais, sentimento pessoal de defesa e desafiante, criou o negro solto pelo lado de dentro, violeiro, sambador, ganhando

² CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p.44

³ GALVÃO, Pequena história da Fortaleza dos Reis Magos, p.5-8

⁴ MEDEIROS, Tarcísio. *O negro na etnia do Rio Grande do Norte*, p.89.

⁵ CASCUDO, *op cit*, p.44

⁶ *Ibid.*

dinheiro, alforriando-se com a viola, obtendo terras para criar junto ao amo, seu futuro compadre, vínculo sagrado de auxílio mútuo."⁷

Juvenal Lamartine, assegura:

*"Nas fazendas de gado, o número de escravos era pequeno. A maioria dos fazendeiros não os possuía mais de seis, acrescidos de alguns filhos de escravos que, nascidos após a Lei do Ventre Livre, prestavam serviços aos senhores de seus pais até a idade da emancipação. O braço escravo era distribuído: um carreiro, outro vaqueiro e dois ou três para a lavoura. As escravas, por sua vez, tinham ocupações: uma cozinheira, uma copeira, em regra já liberta, e as demais fiandeiras."*⁸

Ainda, segundo Cascudo:

*"O escravo não era bicho para tortura. Raro era o mau Senhor ou a Senhora malvada para as negras bonitas (...) Negros cantadores ganhavam sua liberdade com o pandeiro ou a viola na mão. Nunca passou pela cabeça do senhor arrebatá-lo o pequenino pecúlio. Havia respeito pela vontade do escravo alforria-se começando a dar dinheiro ao amo para a sua manumissão ficava com um direito indiscutido. Num inventário de 1785, do Capitão Pedro da Cunha Calheiros (falecido a 7 de agosto de 1783) vários escravos deixaram de ser incluídos na relação por haverem iniciado o pagamento de sua alforria"*⁹

As informações sobre o número de escravos no Rio Grande do Norte só são conhecidas a partir do século XIX, período em que o desenvolvimento econômico foi ativado pela duplicação da produção de açúcar devido a uma maior produtividade dos engenhos nos vales de São Gonçalo, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Goianinha e

⁷ *Ibid.* p.45

⁸ Juvenal Lamartine apud MEDEIROS, op. cit, p.69

⁹ CASCUDO, op. cit, p.118

Canguaretama. Se em 1854 havia uma exportação de 80.745 arrobas de açúcar, em 1859, com 156 engenhos moendo, esse número subiu para 350.000. Um significativo aumento de mais de 260.000 arrobas.¹⁰

Conforme Tarcísio Medeiros,¹¹ consta desse período a vinda de um maior número de negros procedentes do Maranhão, que desembarcavam nos portos de Areia Branca, Mossoró e Macau, além de outras localidades do oeste; onde os estabelecimentos salineiros já se elevavam a boa escala industrial.

De acordo com Cascudo,¹² a escravatura subiu em razão direta ao desenvolvimento econômico. Em 1835, a província possuía 10.240 escravos, dos quais 6.016 eram escravos negros e 4.224 pardos cativos, havendo ainda um total de 6.247 negros livres e 31.885 pardos livres. Em 1844, os negros livres ou não somavam um total de 23.467 numa população de 149.072 habitantes.

Para uma melhor visualização do aumento da população escrava na província do Rio Grande do Norte, temos a TABELA 1 a seguir :

TABELA 1 – População do Rio Grande do Norte no Século XIX.

ANO	N.º DE HABITANTES	ESCRAVOS	LIVRES
1839	80.530	10.189	70.341
1845	149.072	18.153	130.919
1855	148.210	20.244	127.966
1870	262.307	24.326	237.981

Fonte: *MATTOS, Mª Regina. Vila do Príncipe – 1850/1890: sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza, p. 28-31.*

Observa-se que os dados sobre a população escrava no Rio Grande do Norte são precários, sendo as informações disponíveis incompletas e imprecisas. Isto se deve ao fato da não existência de registros históricos, pois os responsáveis por enviar os mapas de

¹⁰ Ibid, p.46.

¹¹ MEDEIROS, op cit, p.93

¹² CASCUDO. op. cit, p.46

registro sobre a população, não os enviavam e quando o faziam, os dados eram irregulares, talvez antes por ignorância do que por má fé.

Outro dado importante sobre a população escrava na província do Rio Grande do Norte é que em 1855, mesmo sendo expressiva sua presença no sertão, o maior número de escravos estava concentrado no litoral onde se encontrava a indústria açucareira.¹³

Nos anos de 1860-1865, o açúcar foi substituído pelo algodão, que exigia menos investimentos, sendo "*cultura distributiva, democrática, individual, podendo toda gente plantar e colher*".¹⁴

• No período de 1870-1880, ocorreu uma retração das culturas açucareira e algodoeira, voltando a fase da pecuária. A partir dessa fase observa-se um verdadeiro declínio do número de escravos, uma vez que os proprietários rurais da província do Rio Grande do Norte passaram a exportar seus escravos como forma de ressarcir suas perdas frente a essa crise, como veremos no capítulo seguinte.

¹³ MATTOS, *Vila do Príncipe – 1850/1890: sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza*, p. 30

¹⁴ CASCUDO, *op. cit.*, p. 46

3 - A CRISE SÓCIO – ECONÔMICA DOS ANOS DE 1870-1880.

“A crise que esse sistema [escravista] começou a atravessar, em todo o Império, nos anos 50 (com a supressão do tráfico de escravos) com a escassez e encarecimento desta mão de obra, na região nordestina, na década de 70, ela alcançou o seu ponto máximo com o fornecimento de braços escravos para as lavouras cafeeiras do Sudeste. Os cultivadores do Sul necessitavam e podiam pagar, por essa força de trabalho, altos preços, enquanto que, no Nordeste, era cada vez mais difícil mantê-la ou mesmo pagar por ela.”

M^a Regina M. F. Mattos

No final do século XIX a economia nordestina sofreu uma retração, devido à incapacidade do nordeste de acompanhar a revolução tecnológica que a indústria açucareira e a cotonicultura estavam sofrendo no mercado internacional, o que significou para o nordeste a marginalização de suas lavouras tradicionais no mercado mundial. Contribuiu também para essa decadência, e como consequência daquela retração e das secas na região, a intensa migração de sua população para a Amazônia em busca de trabalho para a extração de borracha.¹⁵

Essa crise do Setor do Mercado Externo da economia do nordeste repercutiu profundamente nas atividades econômicas do Rio Grande do Norte, entrando sua economia em processo de retração.¹⁶

¹⁵ ARBOZZ, I. I. L. *Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte*, p.27

¹⁶ *Ibid*, p.37

Nesse momento de crise, os proprietários de escravos viram-se obrigados a se desfazerem de seus cativos, como forma de financiar as perdas, uma vez que era cada vez mais difícil manter essa mão-de-obra que se tornava cada vez mais onerosa.¹⁷

As lavouras cafeeiras em plena expansão precisavam de braços, e o nordeste passou a ser o grande fornecedor de escravos.¹⁸

Segundo Robert Conrad, o tráfico inter-regional de escravos não era uma novidade, pois nos séculos XVII e XVIII, portanto, mesmo antes de ter terminado o tráfico africano, “os escravos haviam sido movidos para as regiões do país onde eram mais necessários e onde alcançavam melhores preços...”¹⁹

No entanto, é na década de 70 que esse tráfico toma um vulto maior, não só devido à crise da agricultura nordestina como também devido à grande seca de 1877/79.²⁰

Conforme Conrad, embora esse tráfico não tenha sido descrito com frequência, ele conservava muito das características brutais do tráfico africano, sendo os negros carregados aos montes em navios e em muitos casos tendo que viajar a pé.²¹

Uma vez começado esse tráfico, continuou quase que sem restrições e em pouco tempo os escravos alcançaram preços altíssimos e até mesmo os escravos que tinham “vícios” e “defeitos” encontraram compradores.²²

*“A questão do tráfico simbolizava o declínio da grande lavoura, onde uma parte da nação via-se sacrificada à prosperidade da outra...”*²³

O novo tráfico era legal e os traficantes percorriam o nordeste oferecendo altos preços pelos escravos, tornando-se o tráfico inter-regional um negócio altamente lucrativo, que resolveu, temporariamente, o problema da força de trabalho no setor mais próspero e lucrativo da economia, mas, por outro lado, desescravizou amplas regiões.²⁴

O sul preocupado com o crescimento do tráfico, em decorrência da crise dos anos de 1870, começou a temer os seus efeitos, pois achavam que a desproporção entre o número de escravos existentes numa e noutra região, fosse desestabilizar o regime

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o império*, passim

¹⁸ MATTOS, op. cit, p.145

¹⁹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, p. 64 -65

²⁰ MELLO, op cit, p.39

²¹ CONRAD, op cit, passim

²² Ibid, p.66

²³ MELLO, op cit, p.31

²⁴ FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*, passim

escravocrata, uma vez que o norte exportando seus escravos para o sul viesse a encarar com maior complacência os planos abolicionistas. Por essa razão, o sul aumentou as pressões para proibir o tráfico interprovincial.

*“Entretanto, só em 1885, pela lei Saraiva Cotegipe, o Parlamento do Império abolirá finalmente o tráfico interprovincial (...) Ademais, para os interesses cafeeiros, a abolição desse comércio interregional, revelara-se insuficiente para desacelerar o processo emancipador nas províncias do norte(...)”*²⁵

O tráfico interprovincial deformou profundamente a distribuição regional da população escrava e suas conseqüências morais, assim como a revolução econômica que provocara, já eram evidentes.

O Rio Grande do Norte não estava isolado dessa situação e a crise que assolava o nordeste repercutiu profundamente na Província.

Após 1855, a atividade açucareira sofreu baixas profundas, até que a produção norte-riograndense de açúcar, como a de todo Nordeste, fosse excluída do mercado internacional no começo do século XX. Essa decadência da atividade canavieira foi resultado do crescimento da utilização do açúcar de beterraba, que era de melhor qualidade e mais barato que o açúcar de cana. As enchentes do rio Ceará-Mirim, cujos efeitos não puderam ser diminuídos, devido a limitação dos recursos provinciais, também contribuíram para essa crise.²⁶

Na década de 1860 com a interrupção das exportações americanas gerada pela Guerra de Secessão, o cultivo do algodão foi amplamente difundido no Brasil, no entanto uma vez terminada a guerra a produção norte-americana se restabeleceu e o Brasil perdeu posição no mercado internacional. Com isso a atividade algodoeira no Nordeste e consequentemente no Rio Grande do Norte, voltou a se restringir aos limites do agreste e do sertão.²⁷

De acordo com Paul Singer:

²⁵ MELLO, op cit, p.47

²⁶ ARBOCZ, op cit, passim

²⁷ TAKEYA, Denise Moteiro. *Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*, p. 27

*“ A queda das exportações, após 1872, embora se mantenha em nível superior ao alcançado antes de 1861, tornando o Brasil um produtor marginal, deve-se não só a recuperação do mercado produtor americano, mas ao desenvolvimento da cotonicultura, por incentivo dos compradores industriais reunidos na Manchester Cotton Supply Association, na Índia e no Egito.”*²⁸

Segundo Cascudo, o presidente Henrique Pereira de Lucena, no relatório de 1872, aponta um déficit de 142:640\$161, cuja causa foi a *“baixa sensível que sofreu no mercado o preço dos nossos gêneros de exportação, e especialmente do algodão, o mais importante deles”*²⁹, como também a liquidação da Casa Comercial de Fabrício & Companhia, em Guarapes.

Com o agravamento da situação econômica, a Província fez empréstimos ao Banco do Brasil – 100:000\$000 em 1871 e 60:000\$000 em 1873 – como forma de minimizar a situação.³⁰

Em virtude da seca de 1877/ 79, a atividade criatória sofreu uma retração, chegando o governo a renunciar ao próprio dízimo do gado, como forma de minimizar a gravidade do problema.³¹

Essa seca foi uma catástrofe para o Rio Grande do Norte; pois acarretou um aumento da pobreza, da miséria e da fome, ocorrendo uma grande fuga da população para Mossoró.³²

Essa população, na seca de 1877-79, foi assolada por doenças como “bexiga” e disenteria, chegando a 35.000 o número de mortos por consequência da fome e das moléstias. Nesse período, as despesas com socorros foram de 6.217:264\$227, rendendo o dízimo da lavoura apenas 1:820\$000, quando em 1876, produzira 80:385\$917. Os municípios mais intensamente atacados foram Pau dos Ferros, Apodi, Imperatriz, Triunfo, Açu, Santana do Matos, Angicos, Príncipe, Jardim e Acari. A pecuária já não era mais a base econômica da província e certas medidas foram criadas para proteger a agricultura.³³

O ano de 1886 se caracterizou por muitas dificuldades financeiras. O Rio Grande do Norte ainda devia 204:107\$678 ao Banco do Brasil, 14:535\$135 ao funcionalismo e 42:374\$139 aos aposentados.³⁴

²⁸ Paul Singer apud ARBOCZ op. cit, p.27

²⁹ CASCUDO, op. cit, p.382

³⁰ Ibid, p.383

³¹ Ibid

³² MATTOS, op. cit., p.60

³³ CASCUDO, op cit, p.384

³⁴ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte*, p.78

Nesse período em que a economia do Rio Grande do Norte passava por uma retração, houve também um declínio da mão-de-obra escrava que, segundo Cascudo, se explica pela seca de 1877: “Em 1877/78 a verba da receita que mais subira fora o imposto sobre a venda de escravos. Chegou a 60.000\$. Em princípios de 1879, a 27 contos apenas. A província exportava os seus escravos.”³⁵

Conforme o relatório do Presidente Passos de Miranda, até o ano de 1875, a província registrou a saída de 15.818 escravos, e entre as províncias que mais receberam escravos do Rio Grande do Norte sobressaíram-se: a da Paraíba com 6.435 escravos, a de Pernambuco com 5.928 escravos, São Paulo com 1.554 escravos e Ceará com 1.277 escravos³⁶. É provável que os escravos do Rio Grande do Norte destinados a Paraíba, Pernambuco e Ceará fossem revendidos para a região cafeeira. O quadro a seguir, vem reforçar essa idéia:

QUADRO 1 – Quadro dos impostos da Província do Rio Grande do Norte.

		Receita arrecadada nos exercícios de:		
		1878-1879	1879-1880	1880-1881
Imposto substitutivo do meio dízimo de escravos	Qualquer transação que se opere a transmissão da propriedade de escravos. Qualquer que seja o valor do escravo o imposto é 40\$000.	11:937\$774	6:751\$999	2:486\$666
Sob procuração para venda de escravos	As procurações para venda de escravos fora da província. Por cada escravo nelas mencionados 50\$000	14:840\$000	3:900\$000	980\$000
Dito sobre as pessoas empregadas na compra e venda de escravos	Os indivíduos comissionados ou empregados na província em compra e venda de escravos 200\$000	800\$000	1:800\$000	-

Fonte: Fala do Presidente da Província. Francisco de Gouveia Cunha Barreto. 09/02/1883, Anexo nº 09 p.8, 9, 14 e 15. Arquivo Público do Estado

³⁵ CASCUDO, op. cit, p.46

³⁶ MATTOS, op. cit, p.135

Para Mattos, a venda de escravos para a lavoura cafeeira se tornou um atrativo para os escravagistas locais, provocando uma desagregação paulatina dessa força de trabalho, transformando as relações de produção existentes e propiciando o aparecimento de formas de trabalhos livres.³⁷

Diante de tudo que já foi exposto fica claro que a mão-de-obra escrava já vinha em franca desagregação desde o início dos anos de 1870, não só no Rio Grande do Norte, como também em todo Nordeste. Desta forma, quando foi assinada a Lei Áurea em 1888, já não havia muito o que se fazer aqui, pois o número de escravos na província já era bem reduzido.

³⁷ MATTOS, op. cit, passim

4 – PANORAMA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA PROVÍNCIA NOS ANOS DE 1880

"A abolição libertou o negro do pântano da escravidão, mas jogou-o no poço do desemprego e/ou do emprego não qualificado; da miséria que não lhe permite viver dignamente sua cidadania plena e de permanente desorganização social"

Francisco de Assis Silva

Ao mesmo tempo em que as desvantagens econômicas do escravagismo ficavam cada vez mais claras, crescia o abolicionismo, sendo o Rio Grande do Norte bastante receptivo a esta idéia, uma vez que o escravo não era tão necessário ao equilíbrio provincial.

De acordo com Tavares de Lira, *"a porcentagem da população escrava na província nunca foi elevada (...) e de muito, a ação dos abolicionistas a vinha reduzindo"*³⁸

A tabela que se segue, evidencia essa redução, comparativamente entre o ano de 1873 e 1881.

TABELA 2 – Quadro comparativo do número de escravos na existentes na província nos anos de 1873 e 1881.

MUNICÍPIO	EM 1873	EM 1881	DIFERENÇA P/ MAIS	DIFERENÇA P/ MENOS	HOMENS	MULHERES	MENORES DE 21 ANOS	DE 21 A 60 ANOS	MAIORES DE 60 ANOS
Capital	822	339	-	483	142	197	120	216	3

³⁸ TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte, p.246

Macaíba	-	296	-	-	-	-	-	-	-
Ceará-Mirim	904	859	-	45	433	426	458	390	11
Touros	194	179	-	15	85	94	98	78	3
São José de Mipubu	920	791	-	129	385	406	193	574	24
Papari	533	340	-	193	172	168	-	-	-
Arez	-	141	-	-	85	56	-	-	-
Goianinha	581	838	252	-	-	-	-	-	-
Canguaretama	538	975	437	-	433	542	502	449	24
Nova Cruz	163	163	-	-	-	-	-	-	-
Macau	189	176	-	13	74	102	121	52	3
Angicos	366	206	-	160	79	127	91	115	-
Santana do Matos	380	355	-	25	172	183	204	148	3
Açu	465	365	-	100	165	200	144	217	4
Triunfo	214	135	-	79	66	69	85	48	2
Mossoró	223	162	-	61	72	90	78	84	-
Jardim	476	450	-	26	199	251	275	175	-
Acari	473	435	-	38	207	228	147	275	13
Príncipe e S. Negra	1.020	1.020	-	-	616	404	340	670	10
Apodi	230	131	-	99	37	94	82	47	2
Caraúbas	181	142	-	39	64	78	48	91	3
Imperatriz	702	269	-	433	119	150	128	118	23
Portalegre	191	80	-	111	41	39	21	59	-
Pau dos Ferros	517	520	3	-	200	320	163	334	23
TOTAL	10.282	9.367	692	2.049	3.846	4.224	3.298	4.140	151

Fonte: Relatório do Presidente da Província. Sátiro de Oliveira Dias. 16/03/1882, p. 28, Arquivo Público do Estado.

Ao analisarmos a tabela acima, percebemos um declínio, no número total de escravos existentes na província, de 915 escravos. Isto se deve ao fato de que este período compreendeu a grande seca de 1877-79 e a crise econômica que assolou a província neste período.

Como já foi dito anteriormente, os dados referentes ao número de escravos da província são muito raros e descontraídos. Assim, por exemplo, o presidente da província, Francisco de Gouveia Cunha Barreto,³⁹ em fala à Assembléia Legislativa no dia 09 de fevereiro de 1883, registra que no ano de 1882 existiam 9.807 escravos, sendo 4.722 homens e 5.085 mulheres, o que significa uma diferença (com acréscimo) de 440 escravos em relação aos números da TABELA 2. Ainda em sua fala, ele ressalta que no período de 1882 a população escrava diminuiu em 3.626 escravos, destes 1.704 haviam saído da província, 817 haviam morrido e 1.105 foram alforriados, sendo que 773 a título gratuito e 332 a título oneroso.

De acordo com Cascudo⁴⁰, as alforrias naquele tempo não eram difíceis, o comum era a criança receber a alforria na hora do batismo.

Segundo Mattos, no caso da compra de alforria, ela era feita com recursos do próprio escravo ou de parentes; foi a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 que deu esse direito ao escravo de requerer sua alforria:

“A participação do escravo em atividades criatórias possibilitou-lhe formar um pecúlio em dinheiro, gado ou bens imóveis, para aquisição de sua liberdade. Este pecúlio, fruto de muitos anos de trabalho, muitas vezes, quando o senhor se negava a conceder a alforria, o escravo entregava ao juiz local, que determinava seu valor e outorgava sua manumissão, caso o depósito fosse suficiente (...) para alguns escravos, no entanto, o pecúlio era insuficiente para adquirir a sua liberdade de imediato, mas um acordo selado verbalmente com o senhor lhe permitia quitar o saldo das formas mais variadas.”⁴¹

Ainda segundo Mattos, as alforrias gratuitas eram dadas principalmente a mulheres e escravos de faixa etária avançada por serem considerados de pouco valor no

³⁹ Fala do Presidente da Província. Francisco de Gouveia Cunha Barreto. 09/02/1883, p. 25, Arquivo Público do Estado

⁴⁰ CASCUDO, op. cit, p.192

⁴¹ MATTOS, op. cit, p. 139-140

mercado. Já as alforrias compradas, eram dadas principalmente ao escravos nas faixas etárias mais produtivas, o que confirma o fato de que a venda de alforrias era uma das formas utilizadas pelos senhores para ressarcir as perdas econômicas frente a crise por que passou a região.⁴²

Em 1882, a população escrava na província do Rio Grande do Norte estava distribuída da seguinte forma:

TABELA 3 – Distribuição da população escrava na província do Rio Grande do Norte no ano de 1882.

MUNICÍPIO	N.º DE ESCRAVOS
Natal	321
Macaíba	288
Goianinha	507
Ceará-Mirim	844
Jardim	452
Imperatriz	606
Nova Cruz	190
Pau dos Ferros	519
São José de Mipibu	792
Touros	173
Papari e Arez	473
Canguaretama	806
Santana do Matos	353
Macau	176
Angicos	184

⁴² Ibid, p.143-144

Açu	370
Mossoró	145
Triunfo	134
Açari	436
Príncipe	1.298
Serra Negra	374
Apodi	146
Caraúbas	140
Portalegre	80
TOTAL	9.807

Fonte: Fala do Presidente da Província. Francisco de Gouveia Cunha Barreto. 09/02/1883, p. 23, Arquivo Público do Estado.

Percebe-se, ao observarmos a TABELA 3, que na província do Rio Grande do Norte o maior número de escravos encontrava-se no Município de Príncipe, atual Caicó.

Mossoró, que tinha sido mercado negro nos anos de 1877-78, quando o Barão de Ibiapaba dirigia a Casa Mossoró & Cia, foi responsável pela campanha abolicionista mais sistemática aqui no Rio Grande do Norte, devido ao intercâmbio com o Ceará e à atuação do abolicionista Almino Afonso.

Nessa cidade, o movimento abolicionista cresceu com surpreendente rapidez e demonstrou sua “precocidade” em relação ao restante da província com a fundação da sociedade “Libertadora Mossoroense” em 03 de janeiro de 1883. Em 30 de setembro de 1883 com a presença de Almino Afonso representando um total de 14 sociedades Libertadoras, Mossoró em meio a grandes festividades declarava oficialmente a libertação de seus escravos.

Segundo Cascudo:

“ Para essa vitória os processos mais diversos foram empregados, desde o furto de escravos até a tomada violenta dos presos, desde a compra até a força armada. A cidade inteira era cúmplice e todos os homens solidários.”⁴³

Em fala lida à Assembléia Legislativa no dia 15 de março de 1886, o então presidente da província, José Moreira Alves da Silva⁴⁴, diz que no quadro estatístico da população escrava da província até 30 de junho de 1884 verificava-se a existência de 7.623 escravos distribuídos entre 3.618 homens e 4.005 mulheres.

Dos escravos do sexo masculino, 1.753 eram menores de 21 anos, 1.773 estavam na faixa de 21 a 60 anos e os 92 restantes eram maiores de 60 anos. No que diz respeito a profissão, a população masculina estava distribuída do seguinte modo: 2.056 no serviço rural, 770 no serviço urbano e 792 sem profissão declarada.

Já a população escrava feminina era composta por 1.757 menores de 21 anos; 2.164 entre 21 e 60 anos e 84 maiores de 60 anos. No que se refere a profissão, ela dividia-se em: 1.167 no serviço rural, 2.018 no serviço urbano e 820 sem profissão declarada.

A população escrava da província do Rio Grande do Norte, no ano de 1884, estava assim distribuída:

TABELA 4: Distribuição da população escrava na província do Rio Grande do Norte no ano de 1884.

MUNICÍPIO	HOMES	MULHERES	TOTAL
Natal	107	139	246
Macaíba	114	125	239
Ceará-Mirim	396	381	777
Touros	80	88	168
São José de Mipibu	419	403	822
Papari e Arez	218	203	421

⁴³ CASCUDO, op. cit, p.190

⁴⁴ Fala do Presidente da Província. José Moreira Alves da Silva. 15/03/1886, p. 11, Arquivo Público do Estado

Goianinha	284	243	527
Canguaretama	152	175	327
Nova Cruz	155	202	357
Santana do Matos	172	183	355
Macau	37	73	110
Angicos	59	96	155
Açu	68	50	118
Mossoró	LIVRE		
Triunfo	48	39	87
Jardim	142	136	278
Acari	205	227	432
Príncipe	210	243	453
Serra Negra	175	179	354
Apodi	53	68	121
Caraúbas	57	75	132
Imperatriz	240	329	569
Portalegre	27	28	55
Pau dos Ferros	200	320	520
TOTAL	3.618	4.005	7.623

Fonte: Fala do Presidente da Província. José Moreira Alves da Silva. 15/03/1886, p.12, Arquivo Público do Estado.

A exemplo de Mossoró, outras sociedades Libertadoras foram fundadas. Açu fundou a sua Libertadora em 13 de maio de 1885 e em 24 de junho de 1885 libertou o seu último escravo. Já em Caraúbas, o último escravo ficou livre em 30 de março de 1887 e em Triunfo em 25 de maio de 1887.

Em Natal, a Libertadora Norte-Rio-Grandense foi instalada em 01 de janeiro de 1888, reunindo liberais, conservadores e republicanos. Em fevereiro de 1888, a cidade de Natal não contava com nenhum escravo, enquanto que em todo o município restavam

apenas 5. No mesmo ano, na província existia um total de apenas 482 escravos; assim divididos:

TABELA 5: População escrava na província do Rio Grande do Norte em 15 de abril de 1888.

MUNICÍPIO	N.º DE ESCRAVOS
Natal	5
Macaíba	10
Goianinha	37
Ceará-Mirim	201
Jardim do Seridó	71
Imperatriz	83
Santa Cruz	26
Pau dos Ferros	36
São Miguel	13
TOTAL	482

Fonte: *CASCUDO, História do Rio Grande do Norte, p. 189*

De acordo com a sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense, antes de 13 de maio de 1888, a situação da província com relação à abolição era a seguinte:

- Municípios livres: Natal, Mossoró, Carnáúbas, Triunfo, São José de Mipibu, Canguaretama, Papari, Nova Cruz, Angicos, Touros, Portalegre e Príncipe;
- Cidades livres: Açu, Jardim e Apodi;
- Vilas livres: Macaíba, Arez, Goianinha, Santa Cruz, Pau dos Ferros, Santana do Matos, São Miguel, Acari e Serra Negra;
- Povoações livres: Utinga, Poço Limpo, Igreja Nova, Ponta Negra, Pirangi, São Gonçalo, Ganduba, Piau, Mangabeira, Cana Brava, Extremoz, Patu, Brejinho, Tibau, Genipabu, Santo

Antônio de Goianinha, Carapebas, Currais Novos, Boa Cica, Pipa, São João do Príncipe e Tabatinga.

Segundo Tavares de Lira, o último boletim da sociedade Libertadora, datado de 20 de maio de 1888 e assinado pelo Pe. João Maria, Zacarias Monteiro e João Lindolfo Câmara, dizia que:

“A idéia abolicionista era geralmente abraçada pela população do Rio Grande do Norte. Reconhecia-se, entretanto, a necessidade de um centro que dirigisse os espíritos e levantasse a grande campanha contra a escravidão (...) Foram apresentados à matrícula ultimamente procedida na provincia 3.716 escravizados, e, em vista de dados exatos que possuímos e por cálculos mais ou menos aproximados, avaliamos em trezentos e poucos, no máximo, os que ainda permaneciam no cativoiro quando raiou a tão almejada aurora de 13 de maio. De modo que o Rio Grande do Norte pode dizer com orgulho: em meu território muito pouco encontrou a fazer a grande lei que aboliu a escravidão no Império.”⁴⁵

No que se refere à questão abolicionista, devemos ressaltar que, antes de qualquer coisa ela foi gerada por motivações econômicas, pois o sistema escravagista já tinha se tornado inviável economicamente. Desta forma, ao contrário do que prega a historiografia clássica norte-riograndense, que valoriza o “caráter humanitário” como causa da abolição, foi a crise econômica que levou ao fim da escravidão no Rio Grande do Norte, e a maior prova disso é o papel que o tráfico inter-provincial desempenhou nesse processo. Uma vez que desescravizou a região Nordeste e conseqüentemente o Rio Grande do Norte.

Segundo Freitas:

“A necessidade de preservar a unidade política da classe, ameaçada pelo tráfico interprovincial, foi invocada em todas as províncias cafeeiras (...) Proibido o tráfico interprovincial, o valor dos escravos nas regiões desescravizadas desceu a menos da metade exacerbando ainda mais o ressentimento contra as prósperas províncias cafeeiras, (...) a proibição do tráfico interprovincial, ao invés de reforçar a unidade nacional da classe dirigente, apenas contribuiu para ainda mais debilitá-la. Em resposta a proibição, a classe dirigente nordestina abraçou francamente a causa abolicionista.

⁴⁵ TAVARES DE LIRA, op. cit, p. 246-247

*Não foi por acaso que o movimento se estruturou no mesmo ano da proibição do tráfico interprovincial.*⁴⁶

Desta forma, a pseudo coincidência da proibição do tráfico inter-provincial com a abolição da escravatura vem, mais uma vez, ratificar o caráter econômico da mesma em nosso Estado.

⁴⁶ FREITAS, op. cit, p.115-117.

5 - CONCLUSÃO

Durante a segunda metade do século XIX, a agricultura era a principal atividade econômica da província, sobretudo cana-de-açúcar e algodão. Como o cultivo desses produtos dependia das condições do mercado externo, a produção diminuía ou aumentava de acordo com esse mercado. Desta forma, a população escrava também aumentava ou diminuía em virtude das necessidades da produção.

Sendo assim, nos períodos de crise, o número de escravos, que nunca foi elevado em comparação a outras regiões, ficava ainda menor. Uma das razões da redução deste número de escravos, era o tráfico inter-provincial, no qual, os escravos jovens, homens e mais aptos para o trabalho eram os preferidos para o comércio, ficando, na província, aqueles com mais de 60 anos e/ou os pouco aptos para o trabalho.

Outro fator que contribuiu para a redução do número de escravos na província do Rio Grande do Norte é que muitos escravos já vinham sendo alforriados, quer pelas leis abolicionistas (Lei do Ventre Livre e Lei do Sexagenários), quer pela própria compra da liberdade.

Com o fim do tráfico inter-provincial, em virtude do temor por parte de alguns dirigentes políticos do sul que achavam que o mesmo causaria uma desproporção no número de escravos de uma região para outra, e conseqüentemente uma cisão entre as regiões norte e sul, como aconteceu nos Estados Unidos, o preço dos escravos teve uma redução considerável nas regiões já desescravizadas.

Com a proibição do tráfico inter-provincial e a conseqüente desvalorização dos escravos, os proprietários de escravos das regiões desescravizadas, que tinham neste tráfico uma forma de ressarcir suas perdas decorrente da crise econômica das décadas de 1870 e 1880, passaram a apoiar a causa abolicionista.

Foi e tem sido dada à abolição da escravatura no Rio Grande do Norte um forte caráter humanitário. Entretanto o que levou à abolição foram interesses econômicos, pois a segunda metade do século XIX, no Brasil, e portanto no Rio Grande do Norte, foi um

período de transição, em que se abandonava o sistema escravagista e se estruturava um mercado de trabalho livre no país.

FONTES

- Relatório do Presidente da Província Silvino Elvídeo Carneiro da Cunha. 05/10/1870, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- Relatório do Presidente da Província Jerônimo Cabral Raposo da Câmara. 26/06/1871, Arquivo Público do Estado.
- Relatório do Presidente da Província Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque. 12/10/1871, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- Relatório do Presidente da Província Henrique Pereira de Lucena. 05/10/1872, Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Norte.
- Fala do Presidente da Província José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior. 23/07/1875, Arquivo Público do Estado.
- Fala do Presidente da Província Manuel Januário Bezerra Montenegro. 31/01/1879, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- Relatório do Presidente da Província Alarico José Furtado, 20/04/1881, Arquivo Público do Estado.
- Relatório do Presidente da Província Mathias Antônio Fonseca Morato. 01/06/1881, Arquivo Público do Estado.
- Relatório do Presidente da Província Sátiro de Oliveira Dias. 16/03/1882. Arquivo Público.
- Fala do Presidente da Província Francisco de Gouveia Cunha Barreto. 15/05/1882, Arquivo Público do Estado.
- Fala do Presidente da Província Francisco de Gouveia Cunha Barreto. 09/02/1883, Arquivo Público do Estado.
- Fala do Presidente da Província José Moreira Alves da Silva. 15/03/1886, Arquivo Público do Estado.
- Fala do Presidente da Província José Moreira Alves da Silva. 26/04/1886, Arquivo Público do Estado.

- Relatório do Presidente da Província José Moreira Alves da Silva. 30/10/1886, Arquivo Público do Estado.
- Relatório do Presidente da Província Luís Carlos Lins Wanderley. 11/11/1886, Arquivo Público do Estado.
- Fala do Presidente da Província Antônio Francisco Pereira de Carvalho. 15/01/1887, Arquivo Público do Estado.
- Relatório do Presidente da Província Francisco Amintas da Costa Barros. 10/08/1888, Arquivo Público do Estado.
- Relatório do Presidente da Província Francisco Amintas da Costa Barros. 14/10/1888, Arquivo Público do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ARBOCZ, I. I. L. **Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. UFRN, 1986.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos de escravidão no Brasil: 1950-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Difel, 1966.
- _____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- GALVÃO, Hélio Mamede. **Pequena história da Fortaleza dos Reis Magos**. Natal:[s.n.], 1984.
- GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil: das origens a extinção do tráfico**. 3.ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975

- HOLANDA, Sérgio Boarque de. (Dir.) **História geral da civilização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1985. t.2, v.3
- _____ **História geral da civilização brasileira**. 6.ed. São Paulo: Difel, 1985. t.1, v.2
- LEMOS, Vicente de. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912. v 1.
- _____ MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Natal: Tip. CERN, 1980. v.2
- LIMA, José Ayrton de. **A escravidão negra do Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1988.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. **História econômica**. 7.ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1981.
- MAIA, Clarissa Nunes. Os escravos nas Posturas Municipais de Pernambuco (1880-1888). **Caderno de História**, Natal: Ed. UFRN, v.2, n.2, p.58-67, jul./dez. 1995.
- MATTOS, Maria Regina M. F. **Vila do Príncipe – 1850/1890: Sertão do seridó – um estudo de caso da pobreza**. Niterói, 1985. 248p. Dissertação (Mestrado em História) I.C.F., UFF.
- MEDEIROS, Olavo. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 1983.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- _____ **O negro na etnia do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. UFRN, 1978.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- NONATO, Raimundo. **História social da abolição em Mossoró**. Mossoró: Ed. ESAN, 1978. (Coleção Mossoroense, nº CCLXXXV)
- POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Almanarck Laemnert, 1922
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- ROSADO, Vinght-un. **Andanças pela História de Mossoró**. Mossoró: Ed. ESAM. [s.d]. (Coleção Mossoroense, nº XLIV)

- _____. **Alguns subsídios à saga quase centenária da abolição mossoroense.**
Mossoró: Ed. ESAN, 1977. (Coleção Mossoroense, nº 53)
- SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX.** Natal: Clima, 1994.
- SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820).** 6.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão, MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte colonial (1597/1822).** Natal: Natal editora, 1997.
- _____. **História do Rio Grande do Norte: império e república (1822/1934).**
Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.
- TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915).** Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- TAVARES DE LIRA, Augusto. **História do Rio Grande do Norte.** 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, [s.d.]